



FIPECAFI
Cultura Contábil, Atuarial e Financeira

BOLETIM DENARIUS
A ECONOMIA MAIS PERTO DE VOCÊ

Nº 1

JULHO
2021

Apresentação

O Boletim Denarius nasce com a missão de levar à área contábil-financeira, a partir de uma linguagem simples e didática, análises econômicas atuais que permitam identificar os impactos diretos da Economia para o dia a dia das entidades do mercado. Com periodicidade mensal, o Boletim Denarius buscará contribuir com as comunicações econômicas já existentes, mas que, muitas vezes, não se mostram acessíveis, pelo tecnicismo, aos profissionais do mercado sem uma sólida formação em Economia.

Nesta primeira edição do Boletim Denarius, o enfoque central está nos desafios atuais para a retomada econômica brasileira, que já vem apresentando indícios de recuperação, após os grandes impactos negativos ocasionados pela pandemia da Covid-19. Apesar da luz no fim do túnel, ainda existem preocupações significativas com o futuro do país. Os remédios econômicos introduzidos em 2020 para frear os danos ocasionados pelo novo coronavírus geraram alterações significativas para o funcionamento do mercado, ocasionando pontos de atenção para o curto prazo. É o caso, por exemplo, da inflação.

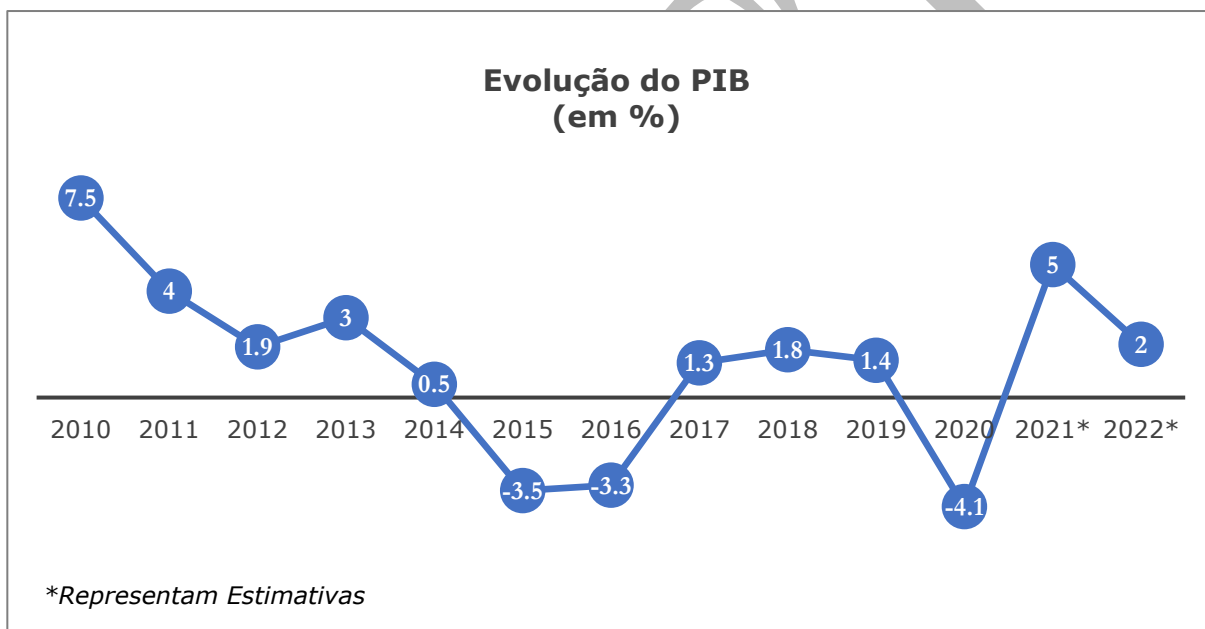
Alguns problemas, contudo, estão mais distantes de serem solucionados e devem persistir no médio prazo - como a taxa de desocupação da economia brasileira. O nível de desemprego, que já era elevado no período pré-pandemia, mostra-se um dos principais entraves para o crescimento econômico de longo prazo. Muitos postos de trabalho desapareceram durante a crise sanitária e muitas empresas postergaram novos investimentos. Apesar do cenário desfavorável para a geração de emprego no país, a aceleração da vacinação possibilitará maior estabilidade para o mercado e, conseqüentemente, melhorias na taxa de ocupação.

Destaques da Edição

- *Inflação*: o IPCA, índice de inflação oficial da economia, deve finalizar o ano acima do teto da meta do governo, que é de 5,25%.
 - *Elevação da taxa de juros*: Copom sinaliza para a continuidade na elevação da Selic, que deve terminar o ano em 6,5%.
 - *Crescimento do PIB*: com o avanço da vacinação, a retomada da atividade econômica deve ser normalizada em todos os setores.
 - *Entraves para a geração de emprego*: a evolução da PNAD contínua indica que a taxa de desocupação, em 2021, ficará acima dos níveis pré-pandemia.
-

Panorama Econômico Brasileiro

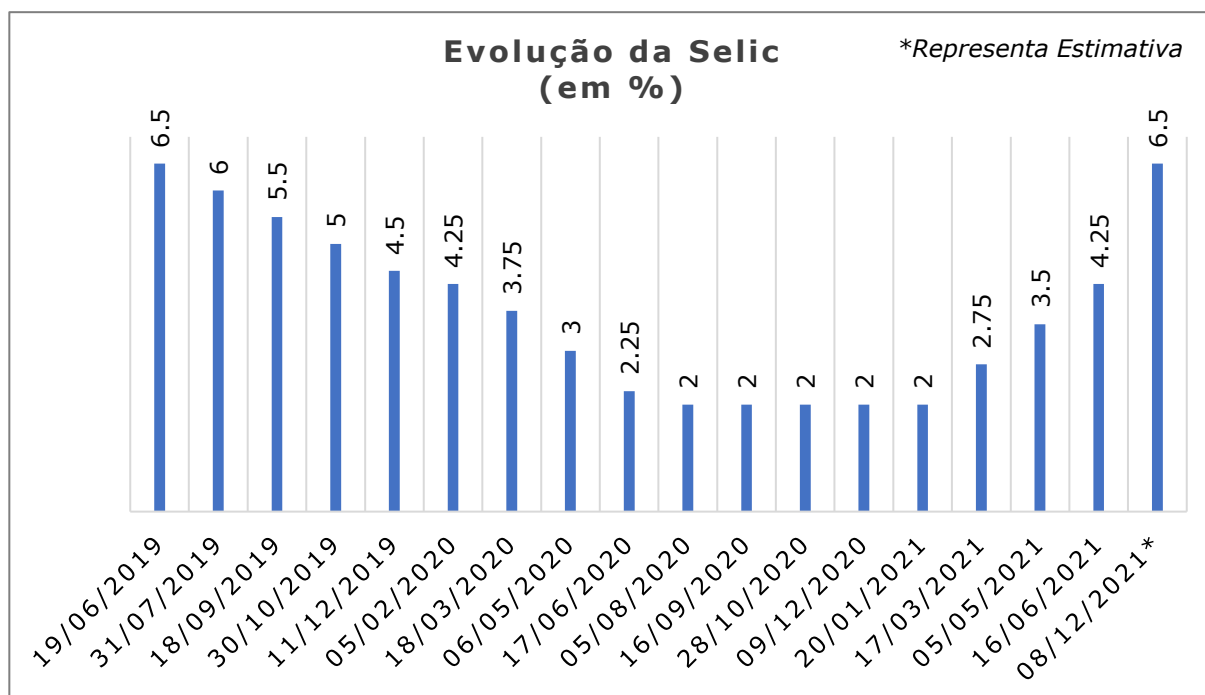
Com os avanços da vacinação no Brasil, os primeiros sinais de recuperação econômica começam a aparecer. Os indicadores de produção sinalizam para o aquecimento da economia nacional em 2021, mesmo em meio às consequências da Covid-19. Apesar dos dados divulgados recentemente para o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) sinalizarem uma redução do aquecimento da Economia brasileira em maio, em comparação com abril, a estimativa atual ainda é a de que o Produto Interno Bruto (PIB) terá um crescimento de 5% neste ano, em relação a 2020. Para 2022, com a normalização das atividades econômicas, a situação é um pouco menos otimista, mas ainda positiva, com aumento de 2% do PIB nacional.



O resultado significativo do PIB para 2021 tem como uma de suas razões a baixa base de comparação relacionada ao ano de 2020, fortemente impactado pela crise pandêmica. Parte da recuperação esperada para a economia brasileira, contudo, deve-se aos incentivos política monetária e fiscal expansionistas instituídas ao longo de 2020, com o intuito de minimizar os danos causados pela pandemia. Em especial, destacam-se o auxílio emergencial e a manutenção da taxa básica de juros em patamares mínimos históricos. Enquanto o primeiro incentivo, ao transferir renda para a população mais necessitada, garantiu o aquecimento do consumo de alguns setores da Economia, o segundo permitiu o acesso ao crédito para famílias e empresas, fomentando o consumo e investimento no mercado brasileiro.

Se, por um lado, essas políticas ajudaram na resposta aos desafios da pandemia, por outro, elas também influenciaram na alta da inflação. O indicador oficial da Economia brasileira, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(IPCA), deverá terminar 2021 acima de 6% e, conseqüentemente, bem diferente da meta de 3,75% estipulada pelo governo e, ainda, fora do limite máximo estabelecido para o indicador, que é de 5,25% (1,5 ponto percentual acima da meta traçada pelo governo no início do ano).



Em resposta à iminente ameaça de descontrole inflacionário, o Banco Central (BC), por meio do Comitê de Políticas Monetárias (Copom) tem aumentado gradativamente a taxa básica de juros da Economia (a Selic), ainda sem perspectiva de estabilização no curto prazo. A expectativa para 2021 é que a Selic finalize o ano em 6,5%, acima do patamar pré-pandemia de 5%, podendo chegar, inclusive, a 7% em 2022.

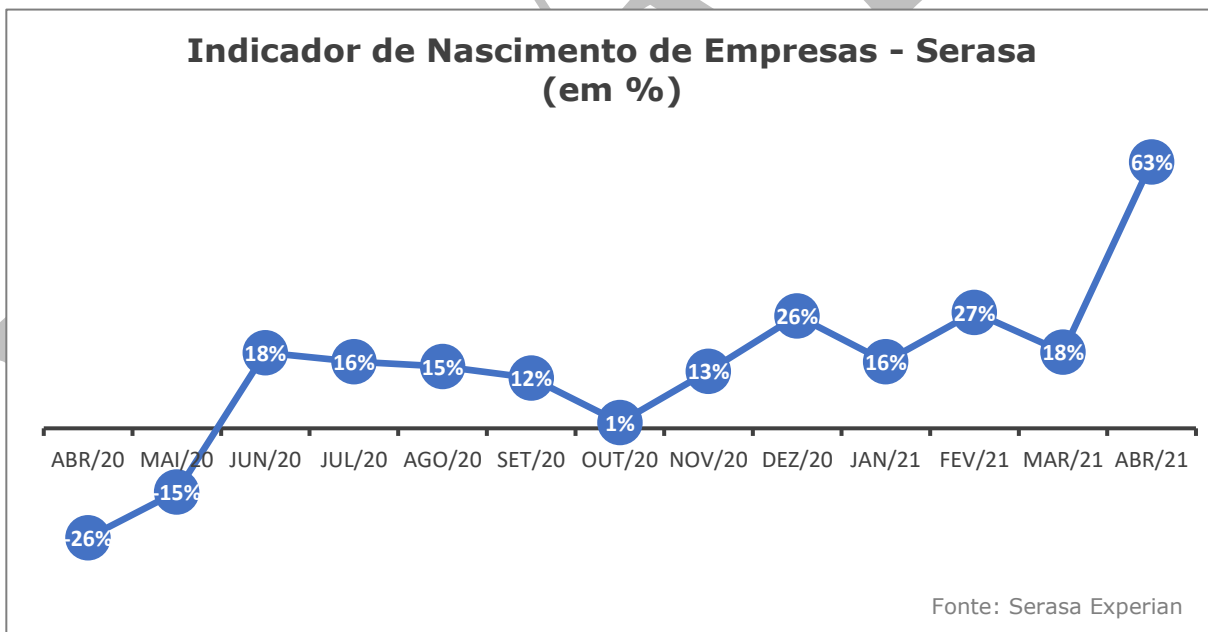
Enquanto isso, a transferência de renda para a população fora do mercado de trabalho ainda deverá ocorrer ao longo de todo o segundo semestre do ano. O governo federal já anunciou a renovação do auxílio emergencial por mais três meses, chegando até outubro de 2021. Extensões de prazo e/ou readequação de políticas de transferência monetária já estruturadas (como o Bolsa Família) ainda serão necessários para a garantia da renda mínima àqueles que ainda estarão fora do mercado de trabalho em 2021.

Isso porque, de acordo com os últimos dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, a taxa de desocupação no Brasil está, aproximadamente, 3,1 pontos percentuais mais elevada do que a existente no período anterior à pandemia da Covid-19. Na divulgação referente a abril de 2021, o país contava com 14,7 milhões trabalhadores sem uma alocação no mercado de trabalho. Além disso, o número de desalentados, que se refere aos indivíduos que desistiram de procurar uma vaga de trabalho, está em quase 6 milhões de pessoas.

Com a aceleração da vacinação no país, é possível que haja maior pressão da parcela de indivíduos que atualmente estão fora do mercado de trabalho, elevando a taxa de desocupação no curto prazo. Para o final de 2021, contudo, espera-se que a taxa de desocupação retroceda para o nível de 13,5%, ainda acima do período pré-pandemia, com aproximadamente 13,4 milhões de brasileiros fora do mercado de trabalho.

Como contraponto, o mercado também deverá reagir à vacinação, criando postos formais e informais. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que reflete a situação apenas do trabalho formal, indicam que, desde janeiro de 2021, o mercado de trabalho formal brasileiro tem apresentado um número de contratações maior do que o de desligamentos, o que é um ponto positivo, apesar do contingente de desocupados ainda estar em patamares elevados na PNAD Contínua.

Outro indício que sinaliza para uma retomada econômica brasileira refere-se ao número de abertura de novas empresas. Dados do Serasa Experian mostram que, em abril de 2021, houve um crescimento de 63% em relação ao mesmo período do ano anterior (já impactado pela pandemia), com a criação de 316.699 empresas. Desse montante, 67% eram do setor de serviço, 24% do comércio, 8% da indústria e 1% de outros setores. No agregado de 2021, já são 1.382.805 novas empresas em funcionamento na economia brasileira.



Ao analisar o tipo de empresa que tem sido predominante nesse período, contudo, percebe-se que 81% das 1,3 milhões de entidades criadas em 2021 têm natureza jurídica de Microempreendedor Individual (MEI). Esse elevado quantitativo pode sinalizar para uma possível alteração na criação de vagas do mercado de trabalho, com muitos indivíduos precisando se inserir de forma autônoma, em especial no setor de serviços e comércio.

Implicações para o Mercado

O atual panorama econômico brasileiro apresenta desafios, mas também grandes oportunidades. Os profissionais da área contábil-financeira têm muito a contribuir neste processo de recuperação, que deverá ganhar força no segundo semestre de 2021. O olhar atento para os fatores econômicos que impactam o funcionamento do mercado servirá tanto para a promoção de uma retomada mais rápida para as entidades quanto para a identificação de oportunidades de negócios.

Dentre os principais assuntos que os profissionais da área contábil-financeira precisam estar atentos no momento destaca-se a inflação verificada para o mercado brasileiro. Diversos indicadores têm sinalizado para uma elevação significativa na cesta de bens. Preços mais elevados podem indicar alteração dos custos das empresas, com consequência para precificação dos produtos e serviços ou, ainda, para a redução da margem de lucro.

Entidades de alguns setores precisam estar ainda mais atentas neste momento. É o caso, por exemplo, das empresas do ramo da saúde que já sentem os impactos da covid-19 no preço de produtos e serviços. Ao longo de 2020, houve o represamento de demanda de alguns serviços médicos, em função das medidas de distanciamento social, o que tende a se reverter com o avanço da vacinação e as melhorias nos indicadores de contágio da Covid-19. Uma maior pressão dessa demanda reprimida pode significar aumentos dos custos de saúde, impactando no desempenho de entidades do setor, como as seguradoras.

A construção civil também já tem percebido crescimento dos custos em função do aumento dos preços de matérias primas derivadas do minério de ferro, como o aço. O Índice Nacional de Construção Civil (INCC), que calcula a inflação para o setor, foi de 2,30% em junho, maior valor para o período nos últimos 13 anos. De uma forma geral, as *commodities* brasileiras (como o minério, soja, trigo e açúcar) apresentaram um aumento recente significativo em seus preços em função, sobretudo, da retomada econômica de países que já conseguiram controlar a pandemia.

Este é o caso, por exemplo, da China, um dos principais parceiros comerciais brasileiros. No segundo trimestre de 2021 o país apresentou crescimento de 1,3% em relação ao primeiro trimestre do ano, sinalizando uma recuperação estável. Para o curto prazo, portanto, é esperada a manutenção dos preços internacionais das principais *commodities* brasileiras, como o minério de ferro, deixando em níveis mais elevados o custo da cadeia produtiva que necessita desses insumos.

A alta da inflação não tem sido um fenômeno exclusivo do mercado brasileiro. Nos EUA, o principal indicador do mercado, o *Consumer Price Index* (CPI), vem apresentando gradativa elevação, chegando a 5,40% no comparativo anual. No início de 2021, o presidente recém-eleito, Joe Biden, iniciou um pacote econômico de quase US\$3 trilhões, aumentando a circulação de moeda na economia norte-americana, com consequência direta para a inflação do país.

Os desdobramentos do controle inflacionário norte-americano também são importantes para economias emergentes, como a brasileira. Caso o *Federal Reserve* (órgão equivalente ao BC no Brasil) inicie um processo de elevação da taxa de juros

para o controle dos preços (a meta de inflação do país é de 2%), uma fuga de capitais poderá ocorrer em direção à economia norte-americana, em função do menor risco presente no mercado dos Estados Unidos, pressionando, inclusive, o câmbio da moeda brasileira.

Aqui no Brasil, o BC, desde o início do ano, vem elevando a taxa de juros do mercado, a Selic, buscando frear os avanços percebidos para a inflação. Essa tendência deve se manter no curto e médio prazo. Do ponto de vista do mercado, juros mais altos representam um desestímulo ao investimento. Os empréstimos ficam menos atrativos, uma vez que as instituições financeiras repassam para os clientes os juros mais elevados. Novas formas de captação de recursos devem entrar no radar das entidades, a depender do porte, acesso ao mercado e setor de atuação. Os produtos ofertados pelas *fintechs* podem ganhar ainda mais destaque no mercado financeiro, cada vez mais competitivo. Ainda sobre o tema, o *Open Banking*, que teve a segunda fase recentemente adiada pelo BC, poderá representar um avanço ao acesso ao crédito para as empresas, em especial, para as micro e pequenas que possuem maior dificuldade na captação.

Adicionalmente, com a elevação dos juros, os investimentos de renda fixa, como títulos públicos, podem ficar mais atrativos no mercado, uma vez que o governo passa a remunerar mais o investidor pela captação do recurso. Desde 2016, com a redução gradativa da Selic, que passou de 14,25% no período para 2% durante os piores meses da pandemia, o mercado de renda fixa perdeu espaço para a renda variável. Em 2016 eram 564 mil investidores individuais operando na principal bolsa de valores do Brasil e, em 2020, esse número ultrapassou 3,2 milhões. Com a retomada da taxa de juros, é possível que haja um processo inverso, com a renda fixa voltando às preferências dos investidores nacionais.

Por fim, o mercado de trabalho deverá ser uma das últimas variáveis econômicas a retornar aos níveis existentes pré-pandemia. Os dados oficiais do mercado informal e formal sinalizam para uma recuperação, mas muito mais lenta do que o necessário para uma recuperação efetiva da renda dos brasileiros. Menos renda para as famílias significa menos consumo e, conseqüentemente, menos crescimento econômico. Com esse cenário, políticas de renda e promoção do emprego deverão ser o foco do governo nos próximos meses. A renovação até outubro do auxílio emergencial ajudará às famílias mais vulneráveis no consumo básico para a subsistência e representará um estímulo econômico ainda importante para o segundo semestre.

Contudo, o foco principal do governo deverá ser no aumento do nível de emprego para o médio e longo prazo. Sobre o assunto, a recente proposta de reforma tributária, em especial, a alteração do imposto de renda da pessoa jurídica, tem chamado a atenção. A proposta do governo sinaliza para uma redução da alíquota aplicada ao lucro tributável para a entidade e a retomada da tributação dos dividendos recebidos, os quais estavam isentos de tributação desde 1996. Apesar de controversa, atual proposta poderá estimular a retenção do lucro para reinvestimento nas empresas, com consequência direta para a geração de emprego. O projeto de lei da reforma tributária ainda precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional e está sujeito aos ajustes políticos. A expectativa, contudo, é que o projeto seja aprovado pelo legislativo ainda em 2021.



Ponto de Vista

Por XXXXXX

Espaço destinado à análise de um convidado

DRAFT

Ficha Técnica

Diretor Presidente (FIPECAFI)

Edgard Cornacchione

Diretor de Projetos e Pesquisa (FIPECAFI)

Fernando Dal-Ri Murcia

Coordenador de Projetos e Pesquisa (FIPECAFI)

Gabriel Emir Moreira e Silva

Economista-Chefe (Denarius)

Samuel de Oliveira Durso

Jornalista Responsável (Denarius)

Bruno de Oliveira Castro

Mídias e Redes Sociais

Site: denarius.info

Instagram: [@BoletimDenarius](https://www.instagram.com/BoletimDenarius)

Twitter: [@BoletimDenarius](https://twitter.com/BoletimDenarius)

E-mail: denarius.boletim@gmail.com

Este Boletim foi elaborado pelo corpo técnico do Denarius, a partir de estudos internos e com informações de mercado divulgadas por órgãos oficiais. O Boletim Denarius é direcionado aos profissionais da área contábil-financeira que estejam interessados em compreender, de forma simples e direta, a influência da Economia no dia a dia de sua atuação. A FIPECAFI é uma instituição apoiadora do projeto, mas não possui responsabilidade técnica sobre as análises e informações aqui divulgadas.